

arqqa 105

ARQUITETURA E ARTE

jan | fev 2013 | €11,00

Portugal Cultural

Paulo Mendes da Rocha
Ricardo Bak Gordon
Gonçalo Byrne
Barbas Lopes
Falcão de Campos
José Paulo dos Santos
Pedro Campos Costa
Artéria
Manuela Fernandes
Raquel Henriques da Silva
Bárbara Coutinho
Dalila Rodrigues
Helena Barranha
Flávio Lopes
José Mateus
André Tavares
Nuno Faria



ISSN: 1647-077X

GONÇALO FURTADO E ELZA LOPES

1. O início do século XX em Portugal trouxe mudanças e controvérsias na arquitetura, se alguns adotavam posturas nacionalistas/revivalistas, outros introduziam fortes inovações. Como nos recorda R. Henriques da Silva: "os valores artísticos tradicionais da arquitetura eram confrontados com os 'optos da engenharia, dos novos materiais'", tal como estaria a acontecer com o modernismo internacional. Nas primeiras décadas a arquitetura foi-se desenvolvendo com liberdade e sem grande interferência do regime. Como referido por Teotónio Pereira, o Estado Novo, "nos anos iniciais, e ao contrário do que veio a acontecer mais tarde, manteve uma atitude de indiferença perante a criação arquitetónica".¹ Contudo, nas palavras do mesmo, "perante o carácter francamente moderno e inovador que esses edifícios ostentavam, não tardaram as vozes de protesto, vindos do próprio interior do regime"², contribuindo para que muitos dos projetos

fossem reprovados ou adulterados de modo a satisfazerem o que o regime teria como representativo da cultura portuguesa. Deste modo, a maior parte dos arquitetos "aderiram aos ideais da arquitetura dita portuguesa, por um lado por serem dóceis apoiantes do regime, por outro pela superficialidade com que tinham abraçado os princípios do movimento moderno", formando-se o estilo Português Suave, uma arquitetura de propaganda que espelhava tanto os defeitos como as virtudes das políticas do momento.

Porém, e dado que esta arquitetura foi caindo num regionalismo decorativista fascizante, na década de 1940 surgiram protestos face às imposições conservadoras e historicistas. Salientam-se os manifestos de Keil do Amaral com "Uma Iniciativa Necessária" (1947), e Távora com "O Problema da Casa Portuguesa" (1948). Segundo Tostões, Keil do Amaral advertiu para "a 'necessidade' da elaboração de um projeto sério sobre a arquitetura regional"³, sugerindo a elaboração de um Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa. Por outro lado, Távora no seu opúsculo defendeu a conciliação entre modernidade e tradição, "uma terceira via como destino cultural".⁴ Paralelamente a estes manifestos foram criados dois grupos que posteriormente, nas palavras de Teotónio Pereira, juntaram "esforços para dar cabo do chamado «português suave»".⁵ Em 1946 em Lisboa foi criado o ICAT, e no Porto no ano a seguir a ODAM. Ambos desempenharam um importante papel na organização do "1.º Congresso Nacional de Arquitetura" de 1948, que pretendia tornar o papel do arquiteto mais ativo na sociedade, acabando por abalar o Português Suave. Este congresso permitiu o manifesto de uma nova geração acerca das suas convicções relativamente à cultura e política do país.

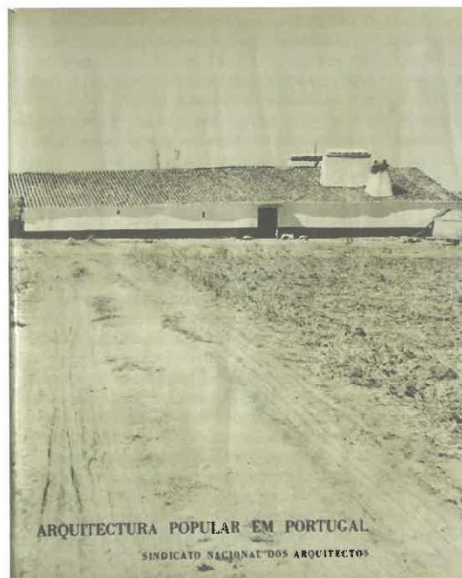
Como é sabido, foi também em 1948 que o Estado deu o seu aval para a execução do Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa. Este, que se executaria em 1955 e seria publicado em 1961, expressou um paradoxo pois, apesar de ser promovido pelo Estado com vista a fortalecer a sua imagem, acabou por servir os interesses dos envolvidos na elaboração. Como recorda Teotónio Pereira, teriam dois objetivos distintos, "por um lado, fazer o levantamento da nossa arquitetura popular e, por outro, desmontar, através dele, a falsidade da pretensa arquitetura nacional".⁶ O Congresso e o Inquérito tiveram impacto na arquitetura posterior, tornando-a mais aberta para a sociedade e para o Mundo. De facto, durante estes anos persistiram duas vertentes em paralelo, uma essencialmente tradicional, e de falsidade propagandista, e outra revelando uma grande consciencialização, atendendo às necessidades da sociedade. As décadas de 50 e 60 corresponderam ao verdadeiro arranque da Arquitetura Moderna, e afirma Tostões que se começou a pensar a arquitetura como "transformadora da vida da sociedade".⁷

2. O descontentamento instituído ao longo de várias décadas só teve o seu término com o 25 de Abril de 1974, o qual se traduziu na democratização da arquitetura e, segundo relatos de Teotónio Pereira, na "expansão da atividade profissional e de afirmação plena dos arquitetos na sociedade portuguesa".⁸ Com o fim das guerras coloniais e regresso





dos retornados e emigrantes, a população aumentou, circunstâncias que despoletaram a necessidade em dar respostas rápidas e eficazes na criação de habitações para as classes mais desfavorecidas. A partir desta década sentiu-se uma abertura, por parte de Portugal, e o Mundo globalizado passou a consumir da nossa cultura. Foi o momento em que se foi dando largos passos para uma nova era definida pelos avanços de ideias e técnicas. O intercâmbio cultural gera novas metodologias de trabalho na geração mais nova, e o acesso a concursos não só é o nacional, mas também internacional. Mas recorde-se que a consolidação do crescimento económico arquitectónico se deu no final da década de 1980. A entrada em 1986 para a CEE facilitou os relacionamentos económicos, sociais e culturais, a um nível global. Em continuidade com esta situação, e alimentada pelos capitais extra para obras estatais, deu-se a explosão arquitectónica. O aumento da encomenda contribuiu ainda para transformar a arquitetura numa profissão mediática e o arquiteto passou a deter um papel ativo na sociedade, de destaque, refletindo-se na abertura de escolas e maior quantidade de obras por todo o País. No final da década de 1980 a existente polarização entre as duas



escolas protagonistas, Porto e Lisboa, intensificou-se. A Escola do Porto, de consciência social, cujo arranque contou nos anos de 1950 com a direção de Carlos Ramos, ganha realce na década de 1980, época em que o arquiteto Siza Vieira surge como seu protagonista. Por outro lado, a Escola de Lisboa a partir de 1974 foi rendendo o seu ensino a uma outra dimensão através de representações heterogêneas, de liberdade, e abertas a referências variadas, acabando por se distanciar das representações do Porto. Assim, se no Porto contamos com uma escola de tendência, dadas as contínuas referências a Távora e Siza Vieira, já na de Lisboa encontramos uma escola de massas, onde a prática multifacetada e autodidática cooperaria para que nos anos 1980 a Pós-modernidade ocorresse como predominante cultura. As profundas alterações da arquitetura que a levaram a engranar pelos objetos de consumo visual e marketing, contribuíram para que no final desta década, surgisse pela voz de Kenneth Frampton a corrente do "Regionalismo Crítico". Com um discurso crítico face à pós-modernidade e globalização, Frampton apoiou a consciencialização do lugar, apoiando o seu discurso em referências a escolas regionais recentes. É neste sentido, que declarou a arquitetura de Siza Vieira de regionalista, o que contribuiria

para que a Escola do Porto fosse também identificada como tal. Neste contexto Pós-Moderno onde se procurava o diferente e efêmero, Siza Vieira, sensível ao lugar, tal como já é de conhecimento geral, foi galardoado em 1992 com o Prémio Pritzker, contribuindo para que este arquiteto fosse considerado uma "marca nacional". Os referidos desenvolvimentos da arquitetura no século XX resultaram na multiplicação de procura e ofertas de trabalho no início do século XXI.

3. Atualmente vivemos num contexto dito emergente de ideias e tecnologias, transportes e comunicações, com o qual a geração nascida no pós 25 de Abril teve de contactar durante o seu crescimento. Essa dita geração e conjuntura de emergência podem ser contempladas em diversos discursos, nomeadamente em *Influx* (2003) e *Metaflux* (2004), e nesta revista, tanto no relato de Figueira, intitulado *Estado de Emergência* (2007), como nos cadernos de Santiago Baptista, onde desenvolve uma *Geração Z*. Os vários ateliers que incorporam esta geração e que apresentaram o seu trabalho e metodologias na revista, segundo o referido autor, revelaram ter "consciência (...) da degradação da situação profissional e das dificuldades de exercício da arquitetura pelas práticas mais jovens em Portugal"¹¹, condição que justifica a sua frequente organização em grupos, abdicando da questão da autoria. Evidenciam uma pluralidade e diversidade de respostas, e não contém uma estética coletiva. São grupos que olham para cada contexto de intervenção como algo específico, sem possuir receitas prévias. Olhar para estas práticas é contemplar a situação arquitetónica que vivemos, assim, e tal como referiu Santiago Baptista, estas "práticas arquitetónicas emergentes podem ser compreendidas mais como sintomas do que agentes".¹²

Complementarmente a esta conjuntura evolutiva destaca-se a oferta de trabalho provida dos países emergentes. Os novos arquitetos sentem a necessidade de se relacionarem com outras culturas e campos disciplinares, abrindo uma nova fase onde arte e ciência se assemelham, alterando os códigos estabelecidos. A arquitetura da nova geração ao usufruir do potencial das TIC, acaba por modificar o desenho de projeto, e transformar um "trabalho experimental quase normativo".¹³ No entanto, estas novas tecnologias oferecem variadas vantagens, permitindo, por exemplo, a rápida resposta de execução. Nesta continuidade, refere ainda Safran que esta geração opta por formas que "na geração anterior, dificilmente seria concebível".¹⁴

4. Por outro lado, durante a nossa história, as viagens tornaram-se fundamentais, e, se antes eram feitas de uma forma esporádica, atualmente, como é sabido por todos, torna-se mais fácil viajar para fora do país. A troca entre as diversas culturas, leva a que nas cidades de hoje prevaleça no seu território uma grande heterogeneidade. Os arquitetos experimentam o nomadismo, percorrem diversos locais, física e virtualmente. Assim, neste tempo em que tudo interage, o momento torna-se oportuno para a introdução de conceitos como o "glocal". Como é de conhecimento geral, os fluxos de mobilidade levaram a que

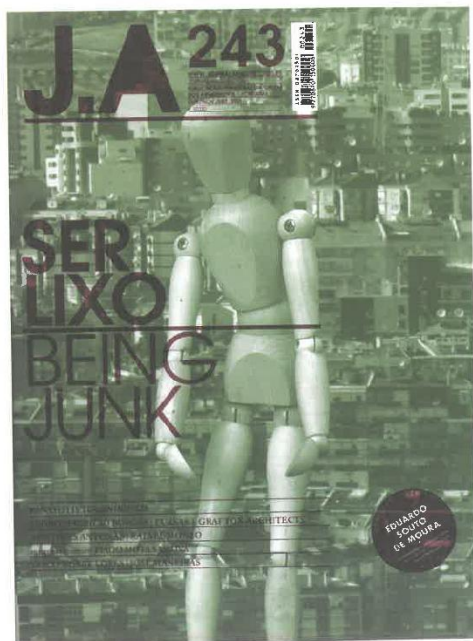


essencialmente a nova geração contactasse com outras formas de projetar, através de programas de intercâmbio, como é o caso dos *Erasmus*, refere Silva Dias, que se "vence fronteiras e estabelece igualdades".¹⁵ Simultaneamente, Portugal passou ainda a estar presente em debates internacionais, como é o caso da Bienal de Veneza, na qual se pode constatar, como declarou Figueira, que estamos diante de um "novo realismo"¹⁶ decorrente das novas tecnologias, encontrando-se, por vezes, uma hibridiz artística. Dentro deste tema, importa ainda referir a Trienal de Arquitetura de Lisboa, que contou em 2007 com a sua primeira edição.

Através da análise destes eventos consegue-se comprovar que a sociedade está em mutação e, como tal, a cidade passa a ser o seu reflexo, sendo este um dos grandes temas em debate. Pode ainda ser significativo a referência à exposição *Tracing Portugal*, que teve lugar em Londres no final de 2004. Na exposição foram apresentadas três práticas arquitetónicas recentes (dentro das quais teve lugar o atelier AUZprojekt) que teriam como pressuposto estabelecer a ideia de "rede", corolário da nossa condição global.

5. Neste momento, interessa fazer referência à sequência Siza vs Souto de Moura, no qual o último também foi galardoado com o Prémio Pritzker (2011). Repare-se que Siza recebeu o Pritzker no momento em que o pós-moderno estava no seu auge, marcando desta forma uma posição de resistência face a uma banalização da prática. Neste seguimento, Souto de Moura, recebe-o numa era vinculada pela presença da arquitetura nas tecnociências. Em grande medida, contra as metamorfoses que a arquitetura parece estar a sofrer, através de uma linguagem depurada, este arquiteto sem colocar de parte as novas tecnologias e materiais, não coloca de parte a sua identidade cultural, conjugando assim, local e global. Nesse sentido, o seu estilo, definido por uma clareza consolidada, "teve um efeito multiplicador enorme, criando uma espécie de 'protocolo social'"¹⁷, tal como nos recordou Figueira.

A consagração de Souto de Moura destaca-se no momento em que a arquitetura defronta mutações e em que a gestão das influências da globalização na nossa arquitetura, talvez nunca tenha sido tão importante



como agora. Em similar com a década de 1980, talvez nos aproximemos do início ou do fim de um ciclo da arquitetura e cultura portuguesas.

6. Nos dias que correm não existe jornal ou noticiário onde não se fale da palavra "crise". Mas quais terão sido as consequências da crise económica e financeira na nossa arquitetura? Todos bem sabemos que os arquitetos são os primeiros a sentir na pele um país em estagnação, o que os leva desde logo a emigrar, na procura de novas condições de vida e prática de arquitetura. Em Portugal, com o mercado da construção abrandado, o desempenho desta profissão parece ser um mito. Assim, a mobilidade passa então a ser a opção e, como nos recordou Mota Saralva, "lá fora há quem esteja a constituir família, formar ateliers ou outras estruturas".¹⁸

É ainda oportuno salientar, em jeito de remate final, que a situação desta nova geração, em se integrar no mercado do trabalho, tende a tornar-se cada vez mais uma tarefa complicada, parecendo ser uma missão impossível, como referiu Milheiro, esta conjuntura leva a que a emigração seja feita "sem outra opção".¹⁹

Hoje em dia, tal como Byrne afirma, constatamos que a arquitetura está "cada vez mais numa bifurcação esquizofrénica: por um lado temos a 'grande arquitetura' que produz em massa; por outro, (...) o do arquiteto mediatizado, o autor-estrela"²⁰, circunstância essa que torna difícil para os jovens arquitetos aceder ao mercado português.

Somos pois uma nação que dá e paga formação e que se sucede à sua exportação. ■

¹⁷ Raquel Henriques da Silva, «A 'Casa Portuguesa' e os Novos Programas, 1900-1920», in *Portugal. Arquitetura do século XX*, Lisboa, 1997, p. 21.

¹⁸ Nuno Teotónio Pereira, «A Arquitetura de Regime, 1938-1948», ibidem, p. 33.

¹⁹ Idem, ibidem, p. 33.

²⁰ Idem, ibidem, p. 35.

²¹ Ana Tostões, «O Congresso e os verdes anos 50», in *1º Congresso Nacional de Arquitetura*, Lisboa, 2008, p. 13.

²² Idem, ibidem, p. 15.

²³ Nuno Teotónio Pereira, «Que fazer com estes 50 anos?», ibidem, p. 44.

²⁴ Nuno Teotónio Pereira, «Escritos: 1947-1996, seleção», Porto, 1995, p. 257.

²⁵ Ana Tostões, «O Congresso e os verdes anos 50», in Op cit, p. 17.

²⁶ Nuno Teotónio Pereira, «Que fazer com estes 50 anos?», ibidem, p. 48.

²⁷ Luís Santiago Baptista, «Geração Z #1: Breve relato crítico do evento na Ordem dos Arquitetos», in: *arq|a* #77, Lisboa, Janeiro/Fevereiro 2010, p. 22.

²⁸ Luís Santiago Baptista, «Geração Z #1: Porque é tão difícil debater diferenças geracionais na arquitetura portuguesa?», in *arq|a* #75/76, Lisboa, Novembro/Dezembro 2009, p. 6.

²⁹ Yvelina Salim, «Notas sobre a geração emergente de arquitetura em Portugal», in *Influx: Arquitetura Portuguesa Recente*, Porto, 2004, p. 14.

³⁰ Idem, ibidem, p. 14.

³¹ Francisco da Silva Dias, «Notas sobre o 1.º Congresso», in *1º Congresso Nacional de Arquitetura*, Lisboa, 2008, p. 37.

³² Jorge Figueira, «Estado de Emergência», in *arq|a* #42, Lisboa, Fevereiro 2007, p. 18.

³³ Jorge Figueira, «Digitalizar a Dúvida. 5 pontos sobre a arquitetura portuguesa contemporânea», in *A Noite em Arquitetura*, Lisboa, 2007, p. 28.

³⁴ Tiago Mota Saralva, «Subverter a ideia de que não há futuro», in *J.A. #243 - Ser Lixo*, Lisboa, Outubro-Dezembro 2011, p. 37.

³⁵ Ana Vaz Milheiro, ibidem, p. 38.

³⁶ Gonzalo Byrne, «O rico português ainda não percebeu que a contemporaneidade também toca a arquitetura», in: *J.A. #235 - Ser Rico*, Lisboa, Abril/Junho 2009, p. 16.